

MANHAS DE DEMOCRACIA

Luiz Felipe de Alencastro

Transição vesga, trambolhos no sistema eleitoral, troca-troca partidário, assembléia trapalhona nacional e constituinte, inflação cavalariça, pacotes pleonásticos de salvação nacional e medidas cesaristas provisórias chacoalham o equilíbrio constitucional do país há mais de uma década. Quando se passa dos fatos contemporâneos para o fado nacional, brota a desconfiança: terão os brasileiros do século XX vivido sob o signo da miséria e do autoritarismo com o mesmo torpor que tetanizou seus compatriotas escravistas do século passado? A legendária tolerância nacional servirá mais e mais de alibi à incivilidade urbana, à discriminação social, à arrogância dos oligarcas, à irresponsabilidade política e ao desmando das autoridades? Turiferários da ditadura reescrevem suas biografias políticas. Paetê, ginásticos e showmícios ganham estatuto de mensagem política. A banalidade incha-se de ênfase. O assanhamento novo-rico torna-se avassalador. O genial *promoter* de Míriam Cordeiro foi eleito presidente, fez-se campeão das Medidas Provisórias e assumiu, ao menos em alguns estados, a cara de suas convicções: em São Paulo ele próprio anunciou que seus candidatos a governador e a senador tinham os óculos e as barbas de certa política, de certa moral brasileira.

Enquanto esperamos que os cientistas sociais captem toda a dimensão das mudanças que o país sofreu desde o fim da II Guerra Mundial; enquanto não se escreve uma consistente história política da ditadura e da transição para a democracia, não dá para ficarmos reduzidos às impressões evanescentes das sondagens eleitorais ou às digressões capciosas sobre a inviabilidade da democracia nos Trópicos. Mal ou bem, é preciso rastrear os descaminhos passados que nos levaram aos impasses do presente. Localizar os enguiços que fizeram de nossas eleições um estranho boliche onde caem com excessiva frequência, estatelados no chão por arremessos incertos do eleitorado, PMDBs, PSDBs, PTs, candidatos sérios, políticos honrados, gente comprometida com o fortalecimento das insti-

tuições democráticas, com a justiça social, enquanto voltam e se afirmam sequazes do autoritarismo, fisiológicos de quatro costados.

Submetido a um carregado calendário eleitoral, o país joga o novo jogo dos dois turnos pela segunda vez em doze meses. Uma primeira constatação: o impacto civilizador do sistema dos dois turnos tem sido entre nós mais virtual do que real. É sabida a origem do desarranjo político prè-ditatorial. No afã de imitar a democracia americana nossos constituintes das outras repúblicas mesclaram o escrutínio majoritário de um só turno, perfeitamente adaptado ao bipartidarismo americano, ao sistema pluripartidário brasileiro. De lambuja permitiram a eleição em separado do vice-presidente. Jango não coube no vestuário esdrúxulo encomendado para a presidência de Jânio em 1961 e deu no que deu.

Em 1985 o Congresso perdeu a grande oportunidade de remediar este mal e recuou diante da necessidade de introduzir os dois turnos nas eleições de prefeito das capitais em novembro de 1985. Retrospectivamente, este foi talvez o primeiro e mais claro sinal dos desacertos subseqüentes: os parlamentares liberais engrandecidos na guerra contra a ditadura iriam se acovardar nas escaramuças pacíficas de consolidação da democracia. Para quem não se lembra, o projeto de estabelecimento imediato dos dois turnos foi molemente defendido pelo PMDB — ainda integrado pelos tucanos e então majoritário no Congresso —, para ser finalmente derrotado por apenas cinco votos de maioria, provavelmente registrados pela quadrilha de "pianistas" que atuou naquele dia. Presidente da sessão, dono do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães aceitou o veredito fraudulento e recusou-se a colocar o projeto de novo em votação. Tivessem os dois turnos entrado logo em vigor, as eleições de 1985 para as prefeituras das capitais, as eleições de 1986 para governador, as municipais de 1988, já teriam demonstrado a operacionalidade do sistema, iniciado os eleitores, os partidos e os jornalistas no imperativo estratégico das alianças de segundo turno, no debate de programas e na disciplina partidária.

Introduzido numa eleição presidencial onde o vencedor — ex-político da ARENA e do PDS, oriundo de um estado periférico, dono de uma legenda de aluguel — impôs a seus aliados, a seu eleitorado, e depois ao país, um programa de governo fundado no tudo ou nada, o sistema de dois turnos deformou-se de cara. Nas eleições de governadores em outubro de 1990, o candidato que se manteve na frente de ponta a ponta em São Paulo travestiu-se de ectoplasma, só aparecendo furtivamente aqui e ali para dar um "olá". Boa parte do eleitorado topou a encenação, cobrou de outros candidatos alianças, decerto mal-explicadas, nas eleições presidenciais. Jornalistas renomados cometeram erros grosseiros na análise de transferência de votos. Candidatos não perceberam trunfos que tinham na mão: Mário Covas, pela segunda vez, ignorou as pesquisas eleitorais de primeiro turno que o davam como mais provável vencedor do candidato conservador no segundo turno.

Outra manha de democracia, talvez a mais estrepitosa, medrou na cascata de recuos que tem marcado a atuação do PT do ano passado para

cá. No primeiro turno das eleições presidenciais, a esquerda nacional fez de Lula seu representante, alforriando todas as correntes progressistas do arcaísmo brizolista. No segundo turno Lula recebeu a liderança da oposição nacional, cujas fronteiras estão bem para lá do PT, bem para lá da esquerda.

Não se mediu ainda a tremenda novidade das eleições de dezembro passado. Muito além de um repeteco das eleições presidenciais interrompidas há trinta anos, este escrutínio foi um marco sem paralelo na modernidade da nação brasileira. Um eleitorado maciçamente representativo de toda a população adulta nacional, penetrado em todos os seus poros pela mídia, transformou-se num só colégio eleitoral para escolher no segundo turno entre dois candidatos radicalmente opostos. Foram então registradas as menores porcentagens de abstencionistas (14,4%) e de votos brancos e nulos (3,2%) da história de nossas eleições presidenciais. Um embate desta dimensão não deixa o vencedor solto, nem o perdedor vencido: no dia 18 de dezembro o candidato Collor era o presidente de um país onde quase metade dos eleitores tinha eleito Lula como líder nacional. Mas o líder sumiu, omitiu-se, deixou evaporar o entusiasmo que tinha suscitado, não propôs mais nada a seus novos eleitores e aliados. Não foi só a oposição nacional que perdeu com a desistência de Lula. A par do efeito desmobilizador provocado entre a militância "lulista" de todo o país, houve também estragos diretos, visíveis e comensuráveis dentro da representação petista na Câmara Federal.

Com efeito, dado o empuxo deformante do sistema proporcional adotado em nossas eleições legislativas, a descandidatura de Lula não privou apenas o Congresso da presença insubstituível de Luiz Ignácio da Silva. Esta desistência eliminou também da bancada federal do PT meia dúzia de candidatos importantes que não puderam se eleger em São Paulo por causa da recuada do grande puxador de votos do partido. As contas da "opção sindical" de Lula são fáceis de serem feitas. Os contos, difíceis de serem digeridos: os estragos enumerados acima são reais, irremediáveis e não poderão ser saldados pelos hipotéticos ganhos advindos da militância basista de Lula. Não é todo ano, toda década, que um autêntico representante dos desfavorecidos fura os bloqueios seculares de classe e entra no jogo da política institucional brasileira. Ao tirar o time de campo, Lula e o PT deram origem a uma das mais lamentáveis manhas de nossa democracia.

Quaisquer que forem agora os baques estaduais, é preciso que se diga: a derrota nasceu da implosão da frente de oposição engendrada por 31 milhões de eleitores nacionais em dezembro de 1989. Inútil, desde logo, jogar a culpa nos eleitorados estaduais de outubro de 1990.

☆☆☆

Luiz Felipe de Alencastro é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "Memórias da Balaiada" (Nº23).

Em algum instante transcorrido entre os dias 2 e 5 de junho passado, na província de Melgar, no Peru, quatro pesquisadores do CEDEP (Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación) foram assassinados pelo Sendero Luminoso. Os engenheiros Glicerio Gonzales, Oscar Torres, Alberto Pumayala e Orlando Barreda estavam na região com mais três pesquisadores e um camponês para comprar alpacas para um projeto de criação desenvolvido pelo CEDEP. Os quatro pesquisadores foram mortos com um tiro na nuca. Solidarizamo-nos com os colegas do CEDEP atingidos por este ato brutal.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº28, outubro 1990
pp-3-6
